



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

Cód. 01 – Procurador Municipal

Lugares no mundo que baniram ou taxaram o uso de sacola plástica

Conheça as experiências de alguns países e cidades que restringiram a distribuição dos polêmicos saquinhos de polietileno no comércio.

A discussão sobre proibir ou não o fornecimento de sacolas plásticas por estabelecimentos comerciais pode ser recente no Brasil, mas lá fora é possível encontrar iniciativas com pelo menos uma década de vida. Em alguns casos, para reduzir o consumo das embalagens de polietileno, os governos locais resolveram cobrar uma taxa do consumidor que quiser usar o modelo tradicional.

Confira a seguir países e cidades que baniram ou passaram a cobrar pelo uso das sacolinhas plásticas.

Irlanda

A cobrança pelas sacolas, instituída em 2002, mudou o comportamento do consumidor, que passou a levar sua própria sacola reutilizável para o mercado. Com a criação do imposto conhecido como Plas Tax, que cobra 22 centavos de euro por sacola, a distribuição dos modelos plásticos caiu 97,5%. O valor recolhido com a venda de sacolinhas alternativas, como as de papel, é destinado a um fundo que promove a reciclagem de lixo e iniciativas ambientais.

Ruanda

Este pequeno país africano que durante anos estampou negativamente o noticiário internacional, devido ao genocídio perpetrado por extremistas em 1994, agora chama atenção por outros motivos. Ruanda já está em seu quarto ano com uma lei de abrangência nacional que proíbe todos os tipos de saco plástico. Além de resolver a crise humanitária, o país pôs fim à poluição causada por sacolas plásticas, que sujavam as ruas e os cursos de água, prejudicando a agricultura. Graças à ação, as cidades ruandesas estão hoje entre as mais limpas da África.

Índia

Nenhum lojista, distribuidor, comerciante, vendedor ou ambulante pode fornecer sacolas plásticas aos consumidores na Índia em algumas regiões, como a cidade de Dharamsala. O banimento total, incluindo produção, armazenagem, uso, venda e distribuição de sacolas de polietileno começou a valer em agosto de 2010. A iniciativa foi adotada para diminuir o impacto no meio ambiente e também impedir a ingestão e morte de vacas (animal sagrado). Além de multas, a violação da lei prevê prisão de até 5 anos.

Bangladesh

Bangladesh foi um dos primeiros países a promulgar, em 2002, uma lei que proíbe a fabricação, distribuição e uso de sacolas plásticas em seu território. Ambientalistas e urbanistas culpavam os sacos plásticos, que se espalhavam pelas ruas, entupindo bueiros, de agravar as inundações mortais que ocorreram no país em 1989 e 1998. Só a capital Dacca descartava 9,3 milhões de sacos plásticos diariamente. Hoje, uma década depois, a região virou um importante polo produtor de ecobags.

Austrália

Apesar de na Austrália não vigorar nenhuma lei proibitiva de abrangência nacional, em muitas regiões, os supermercados resolveram se unir para estimular o uso de sacolas alternativas às embalagens plásticas. E não faltam opções, há inclusive ecobags térmicas para carregar artigos quentes ou frios. Na Austrália do Sul, um dos seis estados australianos, as sacolas plásticas estão proibidas desde 2009.

São Francisco

São Francisco, na Califórnia, foi a primeira cidade americana a banir o uso de sacolas. Somente as de papel reciclado ou biodegradáveis (feitas de goma de batata ou de milho) podem ser utilizadas. Quando a lei entrou em vigor, em 2007, a prefeitura local estimou que a iniciativa reduziria o consumo de petróleo em 3 milhões de litros por ano.

Disponível no site: exame.abril.com.br

1. Após a leitura do texto, relacione o/a país/cidade com as atitudes tomadas em relação às sacolas plásticas.

- | | |
|-------------|-------------------|
| 1 - Irlanda | 4 - Bangladesh |
| 2 - Ruanda | 5 - Austrália |
| 3 - Índia | 6 - São Francisco |

- () Ao contrário de noticiários negativos agora é conhecido como um país com cidades mais limpas, porque proibiu o uso de qualquer tipo de saco plástico que causava a poluição, sujava as ruas e os cursos de água, prejudicando a agricultura.
- () Com o uso de sacolas de papel reciclado ou biodegradáveis feitas de goma de batata ou de milho, o consumo de petróleo foi reduzido.
- () A população passou a usar sacola reutilizável para não pagar as sacolas plásticas. O valor arrecadado com a venda de sacolas alternativas é destinado a um fundo que promove a reciclagem e iniciativas ambientais.
- () Proibição de fabricação, distribuição de uso de sacolas plásticas em todo território. O descarte de 9,3 milhões de sacos plásticos por dia, só na capital, causava inundações mortais.
- () Sem lei punitiva, em muitas regiões, supermercados decidiram abolir o uso de sacolas e embalagens plásticas.
- () Além de multas, prisão de 5 anos para quem violar a lei, essa iniciativa foi adotada para diminuir o impacto no meio ambiente e também impedir a ingestão e morte das vacas, que são denominados animais sagrados.

Após a leitura do texto, relacione o/a país/cidade com as atitudes tomadas em relação às sacolas plásticas.

- A) 1 – 3 – 6 – 2 – 5 – 4.
- B) 2 – 6 – 1 – 4 – 5 – 3.
- C) 5 – 3 – 1 – 2 – 4 – 6.
- D) 4 – 2 – 6 – 1 – 5 – 3.

2. Assinale a alternativa em que a justificativa da acentuação das palavras está incorreta.

- A) As palavras “década”, “México” e “dólares” são acentuadas porque todas as proparoxítonas são acentuadas.
- B) As palavras “está”, “além” e “após” são acentuadas por serem oxítonas terminadas em -a, -em, -os.
- C) As palavras “países”, “experiências” e “dólar” são acentuadas por serem paroxítonas terminadas por -es, -as, -r.
- D) As palavras “já”, “pôs” e “mês” são acentuadas por serem monossílabas tônicas terminadas em -a, -os, -es.

3. Observe o uso da vírgula no período abaixo.

“Em alguns casos, para reduzir o consumo das embalagens de polietileno, os governos locais resolveram cobrar uma taxa do consumidor que quiser usar o modelo tradicional.”

Usaram-se as vírgulas para separar:

- A) uma oração substantiva reduzida de infinitivo.
- B) uma oração adverbial reduzida de infinitivo.
- C) uma oração adverbial reduzida de participípio.
- D) uma oração adjetiva explicativa.

4. Analise as palavras grifadas no período: “Com a criação do imposto conhecido como Plas Tax, que cobra 22 centavos de euro por sacola, a distribuição dos modelos plásticos caiu 97,5%.”

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das palavras.

- A) 1.preposição – 2.adjetivo – 3.conjunção – 4.substantivo – 5.substantivo – 6.adjetivo.
- B) 1.conjunção – 2.verbo – 3.advérbio – 4.substantivo – 5.adjetivo – 6.substantivo.
- C) 1.conjunção – 2.verbo – 3.conjunção – 4.verbo – 5.adjetivo – 6.substantivo.
- D) 1.preposição – 2.adjetivo – 3.advérbio – 4.verbo – 5.substantivo – 6.adjetivo.

5. Assinale a alternativa que contém frase na voz passiva.

- A) Os sacos plásticos se espalhavam pelas ruas.
- B) O comerciante pode receber uma multa de até 50 mil reais pela infração da lei.
- C) A agricultura estava sendo prejudicada pelas sacolas plásticas.
- D) O país pôs fim à poluição causada por sacolas plásticas.

6. Analise os períodos retirados da reportagem sobre “fim das sacolas de plástico” disponível no site <http://www1.folha.uol.com.br>.

Assinale a alternativa em que o “a(s)” grifado não deve receber o acento grave indicador da crase.

- A) “...os preços do modelo de tecido variam de R\$ 27,99 a R\$ 40,50.”
B) “Antes restrito as feiras livres, o carrinho de compras ressurgiu – agora, cheio de estilo.”
C) “Por meio de nota, as entidades ligadas a indústria do plástico se colocaram contra a proibição...”
D) “Outras 12 capitais já têm medidas restritivas a utilização das sacolas plásticas.”

7. Para que o texto abaixo fique coeso e coerente preencha os espaços com as preposições e ou locuções prepositivas adequadas.

“Uma alternativa _____ o consumo excessivo de sacolas de plástico é a utilização de sacolas retornáveis ou sacolas ecológicas, confeccionadas _____ sua maioria em algodão cru e outros tecidos. Consta que um saco plástico comum pode demorar _____ 100 anos (dependendo da exposição à luz ultravioleta e outros fatores) _____ se decompor enquanto que o novo material levaria cerca de 60 dias.”

- A) para – em – uns – a fim de
B) sobre – em – além de – até
C) d’ – em – acerca de - desde
D) contra – em – cerca de – para

8. Consta do histórico de Bertioga que a região foi palco de eventos significativos e abrigou personagens relevantes dos primórdios da História do Brasil, a saber:

- Antes da chegada dos portugueses, Bertioga era habitada por índios da tribo tupi-guarani, que chamavam o local de “Buriquioca” (morada dos macacos Buriquis).
- Seu povoamento teve início no ano de 1531, quando Martim Afonso de Sousa, nomeado Governador Geral da Costa do Brasil, aportou na região.
- Com a intervenção de João Ramalho, Martim Afonso deixou em terra alguns homens para realizar ali uma primeira feitoria da nova fase ou um pequeno fortim, partindo em seguida rumo ao sul, dirigindo-se para o outro lado da ilha, e fundar oficialmente a primeira Vila do Brasil, a Vila de São Vicente em 1532.
- Assim como em vários pontos da costa brasileira, no território do município foram construídas as paliçadas de um fortim que, mais tarde transformado em alvenaria, daria origem ao que é hoje o cartão postal de Bertioga: o Forte São João.
- Foi também de Bertioga que, em 1565, Estácio de Sá e sua esquadra saíram para fundar a cidade do Rio de Janeiro.

São afirmações corretas:

- A) apenas quatro.
B) apenas três.
C) apenas duas.
D) todas.

9. Identifique a afirmação incorreta sobre o município de Bertioga.

- A) As cores oficiais do município são: verde, branca e azul.
B) O município está situado no litoral norte do Estado de São Paulo e integra a Região Metropolitana da Baixada Santista juntamente com os municípios de Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.
C) Seu território abriga 33 km de praias e uma das maiores áreas de preservação da mata Atlântica do Estado de São Paulo.
D) O acesso pode ser feito através das rodovias Anchieta ou Imigrantes, Cônego Domênico Rangoni (antiga Piaçaguera - Guarujá) e Prestes Maia (Rio-Santos).

10. As afirmações a seguir se referem aos símbolos oficiais do município.

- () A Coroa Mural de Prata no Brasão é composta por torres que significam a emancipação e as portas abertas representam a hospitalidade do povo.
- () No centro do Escudo Ibérico a fortaleza aberta iluminada e lavrada de sable (com as portas, as seteiras e as juntas em preto) representa a fortaleza do caráter e também o Forte São Felipe de Bertiooga.
- () As datas 1547 e 1993 no Listel de blau correspondem, respectivamente, à fundação do povoado e à emancipação político-administrativa de Bertiooga.
- () No centro da Bandeira figura o Brasão, criado pelo segundo prefeito eleito de Bertiooga.
- () A Bandeira é de autoria do estudante Pablo Onate, vencedor do concurso promovido para sua criação.

As afirmações são (V) verdadeiras ou (F) falsas na sequência:

- A) V – V – V – F – V.
- B) V – F – V – V – F.
- C) V – F – V – F – V.
- D) V – V – V – V – V.



11. Analise os seguintes dados sobre o município de Bertiooga.

- 1 - Turismo, comércio, pesca e cafeicultura constituem as principais atividades econômicas.
- 2 - Em 2004 a renda *per capita* ultrapassava 7 mil reais.
- 3 - A população está acima de 40 mil habitantes.

São afirmações corretas:

- A) 2 e 3, apenas.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

12. Estabeleça a relação entre as colunas referentes às praias de Bertiooga e suas respectivas características.

Praias:	Características:
1 - Enseada	() Com 4,5 quilômetros de extensão é bastante urbanizada, cercada por casas, muitos prédios e seguranças. Quase toda a orla, de areia batida, é acompanhada por um bonito gramado decorado com coqueiros. Apesar do mar calmo, que atrai famílias com crianças, a praia é cenário de campeonatos de surf nos arredores do píer, onde há algumas formações de ondas. Fica a 16 quilômetros do Centro.
2 - Itaguaré	() Praia muito limpa, quase sem ondas. É um verdadeiro aquário marinho, aonde são encontradas diversas espécies de peixes e animais aquáticos. Tem como opções de lazer os famosos Bananas Boats, onde o turista poderá dar um passeio. É a praia favorita para os velejadores.
3 - Guaratuba	() Próximo do centro comercial da cidade, a praia é movimentada em seus 12 km de extensão, com larga faixa de areia, clara e dura, mar limpo e aberto. Boa para banho e pesca de arremesso. Instalações do Sesc Bertiooga, centro de lazer que oferece completa estrutura para as atividades, recreativas, esportivas, culturais, incluindo caminhadas em trilhas ecológicas, a serviço de seus associados.
4 - São Lourenço	() Significa para os índios "lugar de muita gente". São 4,7 Km de praia com mar aberto e possui uma faixa larga de areia, com quiosques onde se pode comer as delícias da cozinha caiçara, com muita simplicidade.
5 - Boraceia	() Fica a 20 quilômetros do Centro. Procurada por surfistas, é uma das mais preservadas da região. Ao longo de sua extensão oferece bons pontos também para o banho e a pesca. Caiaques e canoas são alugados nos trechos onde é cortada por riachos.
6 - Indaiá	() São 8 km de tranquilidade, com água limpa, mar aberto, ondas fracas e área de condomínios com casas de veraneio. Ideal para reunir a família e amantes da pesca amadora. As areias claras se misturam à barra do rio e ao mar que garantem muita diversão e banhos agradáveis.

A relação correta se estabelece com o seguinte preenchimento dos parênteses:

- A) 4 – 5 – 1 – 2 – 3 – 6.
- B) 5 – 4 – 3 – 6 – 1 – 2.
- C) 4 – 6 – 1 – 5 – 2 – 3.
- D) 3 – 2 – 1 – 6 – 5 – 4.

13. A cidade tem mais de uma dezena de trilhas ecológicas com diversos níveis de dificuldade, que proporcionam banhos em rios e cachoeiras, além do contato com a biodiversidade da Mata Atlântica. Essa atividade só pode ser realizada através de agências credenciadas, com o acompanhamento de um monitor treinado e autorizado pela Prefeitura, o que torna os passeios seguros. Identifique as opções de ecoturismo descritas nos itens abaixo.

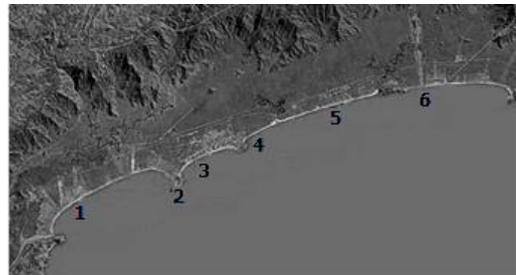
- 1 - Seu trajeto é de 18 km com duração aproximada de 9 horas apresentando um grau de dificuldade grande. Tem diversos obstáculos naturais, como vales, rios e plantações. O esforço é recompensado por banhos em 3 grandes piscinas naturais com cachoeiras.
- 2 - Tem a duração aproximada de 3 horas com grau de dificuldade de média a difícil e constitui uma aventura cheia de adrenalina onde o participante, juntamente com seu bote individual e equipamento de segurança, descem o rio por corredeiras entre pedras e pequenas quedas de água. Dentre os esportes de aventura, esse passeio é um dos mais procurados por ser uma atividade divertida e emocionante. No belo cenário de um intocado vale às margens do Rio Itapanhaú, há uma bela trilha de 1,5 km até as corredeiras do rio onde é realizada a atividade.

Atende ao enunciado:

- A) Trilha do Jaguareguava – Captação de Água.
- B) Garganta do Gigante – Acquaride.
- C) Trilha Caiubura – Três Poços.
- D) Caminho da Pedra – Itatinga.

14. Localize na figura abaixo os números que indicam as seguintes praias de Bertioga:

- () Riviera
- () Guaratuba
- () Enseada
- () Indaiá
- () Boraceia
- () Itaguaré



A sequência correta do preenchimento dos parênteses é:

- A) 3 – 5 – 2 – 1 – 6 – 4.
- B) 5 – 3 – 1 – 2 – 4 – 6.
- C) 2 – 4 – 6 – 5 – 3 – 1.
- D) 3 – 5 – 1 – 2 – 6 – 4.

15. Analise as afirmações em geral sobre Bertioga e assinale a que está incorreta.

- A) Com capacidade para 80 pessoas, a Escuna Municipal realiza dois passeios diários gratuitos com duração aproximada de 1h40min cada um, partindo do Píer de Bertioga, com roteiro passando pelo Canal em direção às Praias Branca, Preta e Camburizinho, além das Ilhas Guará e Rasa e uma parada de 10 minutos para banho na Praia de Iporanga, em Guarujá.
- B) O canal de Bertioga, local de encontro das águas dos rios Itapanhaú, Itaguaré e Garatuba com a do oceano, é muito procurado para pesca e forma um bom local para a reprodução de camarões.
- C) A Aldeia do Rio Silveira está a 1500 metros da praia, no bairro de Boraceia. O local abriga cerca de 300 índios tupis-guaranis, divididos em seis grupos, com seis líderes que auxiliam o cacique, sobrevivendo do cultivo do palmito pupunha e da venda de artesanatos e plantas ornamentais na Rodovia Rio-Santos.
- D) O Pastel do Trevo funcionando há 16 anos sem mudar de endereço, já virou ponto turístico da cidade.

16. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- A) de um quarto, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
- B) de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- C) do Presidente da República.
- D) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

17. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:

- A) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, e pessoal da administração dos Municípios.
- B) servidores públicos dos Estados, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- C) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- D) organização do Ministério Público, bem como normas específicas para a organização da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

18. Configura competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- A) legislar concorrentemente sobre juntas comerciais.
 - B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
 - C) dispor a respeito das custas dos serviços forenses.
 - D) normatizar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
19. A respeito dos estados federados, pode ser afirmado que:
- A) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para a execução de funções públicas de interesse comum.
 - B) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para a organização de funções públicas de interesse comum.
 - C) São reservadas aos Estados as competências que lhes sejam vedadas pela Carta Magna, mas autorizadas pela Constituição Estadual.
 - D) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
20. Para a composição das Câmaras Municipais, deve ser observado o limite máximo de:
- A) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes.
 - B) 30 (trinta) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes.
 - C) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes.
 - D) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes.
21. Compete aos Municípios:
- A) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.
 - B) legislar sobre assuntos de interesse regional.
 - C) arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com prejuízo de publicar balancetes nos prazos legais.
 - D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
22. No que concerne aos Municípios, assim dispõe a Constituição Federal:
- A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - B) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de mais da metade dos membros da Câmara Municipal.
 - C) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - D) As contas dos Municípios deverão ficar, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
23. A respeito do mandado de segurança, pode ser afirmado que:
- A) poderá ser concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários ou a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
 - B) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
 - C) é cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - D) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 20 (vinte) dias, quando notificado judicialmente.
24. No que concerne à ação popular, é correto afirmar que:
- A) para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades, as certidões e informações que julgar necessárias, sem a necessidade de indicar a finalidade das mesmas.
 - B) a prova da cidadania, para ingresso em juízo, deverá ser feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
 - C) quando o pleito interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas da União, se houver.
 - D) a existência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é juridicamente inadequada ao resultado obtido.

25. Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com o seguinte instrumento, entre outros:
- A) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para qualquer consumidor.
 - B) criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações administrativas de consumo.
 - C) concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa dos Prestadores de Serviço relacionados ao consumo.
 - D) instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
26. Configura medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) acolhimento institucional.
 - B) inserção em regime de semiliberdade.
 - C) obrigação de reparar o dano.
 - D) prestação de serviços à comunidade.
27. Assinale a alternativa cujas expressões completam, de forma adequada, as lacunas constantes do texto abaixo.
- “A personalidade civil da pessoa começa _____; mas a lei põe a salvo, desde a _____, os direitos do _____”.
- A) do nascimento – gravidez – neonato
 - B) do registro no cartório competente – gravidez – progenitor
 - C) do nascimento – gravidez – recém-nascido
 - D) do nascimento com vida – concepção – nascituro
28. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
- A) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - B) os que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
 - C) os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
 - D) os menores de dezesseis anos.
29. São pessoas jurídicas de direito privado:
- A) as organizações religiosas.
 - B) as autarquias.
 - C) os territórios.
 - D) os Municípios.
30. Considera-se imóvel para os efeitos legais:
- A) o direito real sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
 - B) o direito à sucessão aberta.
 - C) o direito pessoal de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - D) a energia que tenham valor econômico.
31. No que diz respeito ao negócio jurídico, pode ser afirmado que:
- A) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
 - B) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
 - C) a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar após realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - D) a incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
32. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
- A) pela apresentação do título de crédito em juízo criminal.
 - B) por qualquer ato administrativo que constitua em mora o devedor.
 - C) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo credor.
 - D) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

33. Prescreve em dois anos a pretensão:
- A) dos fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento dos alimentos.
 - B) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
 - C) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
 - D) de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
34. A respeito da propriedade, pode ser afirmado o que segue:
- A) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
 - B) O proprietário tem o dever de usar, gozar e dispor da coisa, e de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
 - C) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
 - D) O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que submetidos a transformação industrial, obedecido o disposto em lei especial.
35. No que concerne ao “habeas data”, pode ser afirmado que:
- A) a petição inicial deverá ser instruída com prova da recusa em fazer-se a retificação e do decurso de mais de dez dias, sem decisão.
 - B) o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de vinte e quatro horas.
 - C) o pedido de *habeas data* poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
 - D) a petição inicial deverá ser instruída com prova da recusa ao acesso às informações e do decurso de mais de cinco dias sem decisão.
36. Na execução judicial para cobrança da dívida ativa dos Municípios, o despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para:
- A) penhora, se for garantida a execução, por meio de depósito ou fiança.
 - B) avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
 - C) arresto, se o executado tiver domicílio certo ou determinado.
 - D) registro da penhora ou do arresto, dependendo do pagamento de custas ou outras despesas de natureza processual.
37. Relativamente à ação de despejo, pode ser afirmado o que segue:
- A) Quando o imóvel for abandonado após ajuizada a ação, o locador poderá imitir-se na posse do imóvel.
 - B) Admite-se a emenda da mora do locatário, até o limite de utilização dessa faculdade por três vezes, nos doze meses imediatamente anteriores à propositura da ação.
 - C) O despejo não poderá ser executado até o sexagésimo dia seguinte ao do falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de qualquer das pessoas que habitem o imóvel.
 - D) Ocorrendo a reforma da decisão que concedeu liminarmente o despejo, o valor da caução reverterá em favor do réu, como indenização das perdas e danos, vedado a este poder reclamar, em ação própria, a diferença pelo que a exceder.
38. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
- A) sustar, se não atendido, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, determinadas as sanções, tais como a perda do cargo público.
 - C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
 - D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

39. Considera-se desmembramento:
- A) a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - B) o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
 - C) a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, desde que não implique na abertura de novos logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
 - D) a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
40. Configuram requisitos urbanísticos para loteamento:
- A) lotes com área mínima de cem metros quadrados e frente mínima de três metros, salvo quando o loteamento se destinar a edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, posteriormente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
 - B) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, se obriga a reserva de uma faixa não-edificável de dez metros de cada lado.
 - C) as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
 - D) as vias de oficiais devem se articular com as vias de loteamento adjacentes, existentes ou projetadas, harmonizando-se com a topografia regional.
41. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito:
- A) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
 - B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
 - C) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - D) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
42. É inexigível a licitação:
- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
 - C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - D) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
43. Configura requisito essencial dos atos administrativos:
- A) Finalidade.
 - B) Imperatividade.
 - C) Coercibilidade.
 - D) Executoriedade.
44. Atos administrativos negociais são aqueles que:
- A) contêm um comando geral do Poder Executivo, visando à correta aplicação da lei. São atos infralegais que encontram fundamentos no poder normativo.
 - B) contêm a certificação de um fato ou emissão de opinião da Administração sobre determinado assunto sem se vincular ao seu enunciado.
 - C) contêm uma declaração de vontade da Administração, visando a concretizar negócios jurídicos, conferindo certa faculdade ao particular nas condições impostas por ela.
 - D) visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes no desempenho de suas atribuições. Encontra fundamento no Poder Hierárquico.

45. Serviços públicos “uti universi” são aqueles:
- A) prestados a pessoas determinadas, sendo possível mensurar a utilização individual de cada usuário, e remunerados através de taxas.
 - B) que a administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para sobrevivência da sociedade.
 - C) em que a administração, reconhecendo sua conveniência para a coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, concessionários, ou permissionários.
 - D) prestados a pessoas indeterminadas, não sendo possível mensurar a utilização individual de cada usuário, e remunerados através de impostos.
46. A respeito de remuneração e salário pode ser afirmado que:
- A) são consideradas integrantes do salário as gratificações esporádicas pagas por mera liberalidade do empregador e os benefícios previdenciários.
 - B) compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
 - C) não integram o salário, as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.
 - D) incluem-se nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.
47. Configura crime contra a fé pública:
- A) apropriar-se o funcionário público de bem móvel, público, de que tem a posse em razão do cargo.
 - B) incitar, publicamente, a prática de crime.
 - C) fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime.
 - D) emitir, sem permissão legal, título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador.
48. Cuida-se de sanção aplicável em decorrência de crime de abuso de autoridade:
- A) exoneração “ad nutum”.
 - B) reclusão de dois a seis anos e multa.
 - C) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
 - D) inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até cinco anos.
49. Pertencem aos Municípios:
- A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - B) sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - C) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
 - D) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
50. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
- A) propriedade predial e territorial rural.
 - B) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - C) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - D) transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.